

À sombra do valor: notas sobre a produção de alimentos como mercadoria na modernidade

Gabriella de Souza Xavier*

Resumo

O artigo analisa os processos sociais que atuaram na modificação do universo da alimentação desde a afirmação das contradições fundamentais de uma sociedade produtora de mercadorias. Trata da formação da moderna disposição entre campo e cidade a partir das noções de capitalismo agrário de Ellen Wood e Raymond Williams e discute o papel do componente ecológico presente na expansão europeia, tal como discutido por Alfred Crosby para a expansão e consolidação da forma capitalista de produção. Por meio de estudos bibliográficos, são examinadas as alterações na forma e no conteúdo das práticas alimentares, acompanhando a trajetória da afirmação e da generalização da formamercadoria na vida social a partir da modernidade, que são abordados na figura da urbanização vertiginosa, da uniformização da natureza e da produção da fome.

Palavras-chave: produção de valor; mercadoria; práticas alimentares.

Food in the shadow of value: notes on the production of food as a commodity in modernity

Abstract

The article analyzes the social processes that acted on the modification of the universe of food since the affirmation of the fundamental contradictions of a commodity-producing society. Deals with the formation of the modern disposition between countryside and city from the notions of agrarian capitalism of Ellen Wood and Raymond Williams and discusses the role of ecological component present in European expansion, as discussed by Alfred Crosby for the expansion and consolidation of the capitalist way of production. Through bibliographic studies, examined changes in the form and content of the food practices, following the trajectory of the affirmation and the generalization of the commodity form in social life from the modernity, which are addressed in figure of dizzying urbanization, of the uniformity of nature and the production of hunger.

Keywords: production value; commodity; feeding practices.

Recebido em 12/03/2016

Aprovado em 5/06/2016

* Mestre em Serviço Social, ESS/UFJF. gabigabigaby@gmail.com

Introdução

A alimentação configura um universo privilegiado para se perceber o quão fronteiriças são cultura e natureza: sendo algo ineliminavelmente natural do ser humano, ligado à reprodução da espécie e regido por condicionantes biológicos, também expressa, com igual força, seu caráter cultural, na medida em que condensa uma variabilidade imensa de condutas, restrições, costumes e práticas que mostram a capacidade humana de transformar um elemento da natureza em comida. Nesse sentido, as práticas alimentares, como produção de alimentos e como o próprio ato de comer, não são imprecisas e indiferenciadas, mas altamente clivadas por relações sociais.

Sendo assim, busca-se compreender de que maneira estas práticas foram alteradas pelo surgimento do capital, esta relação social específica erigida a partir da modernidade, de modo a examinar as alterações no universo da alimentação com a afirmação da mercadoria, forma de riqueza elementar do capital. Isto é, de que forma as práticas alimentares acompanharam os deslocamentos produtivos gerados pelo capitalismo? Longe de pretender dar conta da totalidade que esta questão coloca, deseja-se identificar os vetores primários e decisivos que se acredita estarem na base de algumas questões contemporâneas relacionadas à alimentação.

A relação campo e cidade no capitalismo

As relações sociais propriamente capitalistas deixam transparecer a atualização do programa ocidental de domínio da natureza através da abstração de suas formas materiais, ressuscitado na modernidade (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). Entretanto, revelam, ao mesmo tempo, formas muito específicas de interação com a natureza, fundadas em bases radicalmente diferente dos modelos que vigoram nas formas sociais anteriores. Mesmo contendo elementos semelhantes que atravessam toda a constituição da civilização ocidental, a progressiva afirmação da divisão social do trabalho da sociedade burguesa com o consequente aprofundamento da distância entre ser humano e natureza talvez não tenha precedentes na história.

O modo como as formas de relações sociais capitalistas germinaram durante a dissolução da sociedade feudal expressa claramente este processo de distanciamento. Não apenas pela preponderância que vão ganhando as cidades, o comércio e posteriormente a indústria (formas historicamente colocadas em contraste com a “natureza” em geral), mas pelo próprio tipo das rupturas que ocorreram com os antigos padrões de relações produtivas no campo. Isto significa dizer que uma mudança significativa na forma mais próxima de

relação com a natureza – a satisfação das necessidades humanas por meio da terra – foi justamente o que tornou possível que todas as formas acima citadas ganhassem características capitalistas, determinando uma modificação imensa na forma como a humanidade passou a produzir e satisfazer suas necessidades básicas, entre elas, a alimentação.

Isto compõe a noção de que, antes da forma capitalista urbano-industrial do século XIX, existiu um capitalismo agrário, sustentado a partir de Williams (2011) e Wood (1998). Esta, uma das interpretações acerca da emergência do capitalismo, sinaliza como, desde a origem, a alimentação é impactada. Ambos autores identificam as origens do capitalismo nas transformações operadas nas práticas agrícolas da Inglaterra, sociedade que reunia condições muito específicas para o desabrochar do capital.

Sob o ponto de vista das formas puramente econômicas, Marx (2011) assinala que o capital emerge como relação social na Europa no início do século XVI. Se a circulação simples de mercadorias se referia a um processo cuja finalidade era satisfazer necessidades por meio do consumo, ou seja, servia de meio para um fim situado fora da circulação; a circulação sob a forma do capital, ao contrário, tem sua finalidade encerrada em si mesma, com o objetivo único de expandir o valor, por meio da produção da mais-valia. Esse tipo de circulação de mercadorias, o capitalista, desenvolveu-se progressivamente, ganhando cada vez mais primazia no comando da vida social.

Mesmo que o século XVI tenha expressado claramente que uma nova forma de operar as relações mercantis se desenvolvia, através do comércio e do mercado mundiais, Marx (2011) mostra, a partir do modo pelo qual a mais-valia é formada, que a esfera da circulação, por ser o domínio de trocas de equivalentes, não poderia originar uma nova relação social, ainda que ela ateste que havia de fato uma novidade ocorrendo na sociedade europeia daquele século. No mundo da produção ocorriam algumas alterações que permitiram não apenas produzir valor, mas produzir um valor capaz de se valorizar.

Nessa perspectiva, o movimento dessas formas puramente econômicas que a análise de Marx (2011) nos faz conhecer aponta para a impossibilidade de a origem do capital estar contida apenas na intensificação da atividade comercial tão característica da situação europeia no início da modernidade. Certamente estava em curso uma modificação concreta e estrutural nas formas produtivas, as quais concedia sentido às expansões mercantis daquele momento histórico.

Para a existência da mais-valia, o fundamento da acumulação e expansão do capital, foi necessária uma série de condições processualmente maturadas. A presença da mercadoria

capaz de criar valor no momento de seu consumo, a força de trabalho, é a condição mais basilar desta transformação social. Para existir capital foi necessário que existisse uma força de trabalho “livre como pássaro”, no sentido tanto de ser efetivamente dona de sua capacidade de trabalhar, quanto de estar despojada de todos os elementos materiais para a produção em si.

A gênese histórico-concreta desta experiência social alcança alguns séculos do sistema de produção feudal. Marx (1984) explica as origens da acumulação propriamente capitalista por meio de um tipo de acumulação não-capitalista, ou seja, precedente àquela. “A assim chamada acumulação primitiva” correspondeu a um processo histórico no qual foram lenta e violentamente separados produtores e meios de produção. Aquela metamorfose das formas econômicas do dinheiro fazendo-se capital só pôde ocorrer mediante circunstâncias que exigiram boas doses de subjugação e expropriação de grandes contingentes humanos que mantinham vínculos estreitos com a terra.

A acumulação primitiva é analisada por Marx (1984) a partir da experiência da Inglaterra. Desde muito cedo, seus eventos constitutivos marcaram a história daquele país e modificaram por completo os rumos do planeta como um todo – estava ali, no resultado daqueles processos, a origem do modo de produção capitalista. Ao contrário das demais sociedades europeias, a inglesa tinha, já no século XVI, aquelas condições bem amadurecidas, frutos do longo processo de expropriação dos camponeses da terra, que historicamente lhes servia de meio de trabalho.

Essa expropriação não ocorreu somente mediante o que ficou conhecido como cercamentos das terras comunais. Eles foram apenas um dos vários fatores envolvidos no complexo de mudanças que estava ocorrendo na sociedade inglesa. Williams (2011) mostra que já existia uma enorme população sem-terra na Inglaterra antes da primeira onda dos cercamentos, indicando a existência de outros fenômenos que jogavam na direção da desestabilização de um tipo de sociedade agrária. Embora essas práticas tenham ocorrido de forma sistemática em dois momentos (a primeira no século XVI e a segunda no final do século XVIII), sabe-se que se tratava de um processo que vinha ocorrendo desde o século XII e XIII (WILLIAMS, 2011; WOOD, 1998).

Ao lado da crescente concentração da propriedade da terra e expulsão da população de suas bases fundiárias, a corrosão do estatuto feudal no campo mediante novas relações estabelecidas desde uma nova prática agrícola também jogaram a favor deste conjunto de mudanças em foco. A partir da análise de Wood (1998), é possível assinalar três elementos

essenciais que, encadeados, consistiram nos maiores diferenciais da configuração social da Inglaterra: a precoce centralização política (iniciada no século XI) que, superando a fragmentação feudal do território, concentrou consideráveis extensões de terra nas mãos dos senhores; por consequência, o surgimento da figura do arrendatário que, mediante contratos econômicos com os senhores de terra, empregava trabalho assalariado para realizar a produção; e por último, a diferença essencial na forma de apropriação do excedente da produção agrícola, através de um tipo de poderio propriamente econômico, que ocorria justamente por meio da função do arrendatário – e não através de privilégios e poderes extra-econômicos, como ocorria nas demais sociedades feudais europeias.

Esta dinâmica, plantada no seio da produção agrária da Inglaterra, gerou forças econômicas novas. A pressão que os arrendatários sofriam vinha diretamente dos senhores de terra e também do mercado, pois as regras dos contratos de arrendamento eram fixadas mediante condições do mercado e não por padrões consuetudinários. Wood (1998) explica que isso instalou uma concorrência entre os arrendatários, impelidos agora a produzir mais barato, sob pena de não conseguirem alcançar determinada renda para o pagamento do aluguel da terra, o que significaria a perda do direito de explorá-la.

Isso significou a subordinação da produção agrícola aos imperativos do mercado. Concorrência, acumulação e maximização do lucro penetraram cada vez mais no ambiente da agricultura. O “melhoramento” da terra, ou seja, a necessidade de aumentar a produtividade, expressava um novo impulso determinante nas relações de produção no campo. A partir daquele momento,

apesar do número reduzido de seus cultivadores, o solo proporcionava, depois como antes, tanta ou mais produção, porque a revolução nas relações de propriedade fundiária foi acompanhada por métodos melhorados de cultura, maior cooperação, concentração dos meios de produção etc., e porque os assalariados agrícolas não apenas foram obrigados a trabalhar mais intensamente, mas também o campo de produção, sobre o qual trabalhavam para si mesmos, se contraía mais e mais (MARX, 1984, p. 282).

E qualquer coisa que constituísse um obstáculo à “agricultura melhorada”, à modernização das relações no campo, foi impiedosamente destruída. No seio daquela sociedade, despontava o fenômeno que associava a degradação dos trabalhadores à produtividade da terra crescente. “Terra rica, trabalhadores pobres”, disso que se tratava a nova relação social que ia se formando. No final século XIV as relações de servidão na Inglaterra já tinham sido praticamente abolidas e aos poucos estabelecia-se uma estrutura produtiva cada vez mais regular de arrendatários e trabalhadores assalariados (MARX, 1984).

A violência, segundo Marx (1984), funcionou como uma verdadeira potência econômica no surgimento do capitalismo. A instalação das condições de sua existência foi conquistada com base numa série de usurpação dos meios de produção de grandes massas humanas. O enorme desarraigamento dos camponeses foi um produto do próprio desmoronamento da sociedade feudal. Após um período de relativa estabilização, a Europa ocidental tinha voltado a sucumbir em experiências da peste, fome e guerras e o agravamento da crise feudal desembocou nos acontecimentos dos séculos XV e XVI. Todos os elementos daquele ambiente caminhavam na mesma direção da “agricultura melhorada”¹, da concentração de terras e do crescimento das cidades, ou seja, do aumento da produtividade agrícola, da expropriação e da criação de uma massa urbana de trabalhadores livres – a combinação precisa para a forma social capitalista, que se tornaria dominante (WILLIAMS, 2011).

A instalação de um arranjo produtivo capitalista agrário foi, portanto, a causa e não a consequência da proletarização da força de trabalho. As massas de trabalhadores “livres como pássaros” resultou da presença da dinâmica capitalista montada na agricultura inglesa desde o século XVI, cuja tríade renda da terra/lucro/salário personificava-se nas figuras dos grandes proprietários de terra, arrendatários e trabalhadores assalariados. Wood (1998) salienta, entretanto, que a força que fazia girar o cenário do capitalismo agrário era a pressão competitiva advinda da existência de arrendatários dependentes cada vez mais do mercado, fazendo sentir seus impactos no aumento da produtividade baseado na exploração do trabalho. Dessa forma, todas as relações sociais de um país cuja riqueza dependia predominantemente da produção agrícola assistiu a um processo de dependência cada vez maior aos imperativos do mercado, que até então não participavam da organização central da vida social. Isso não se refere apenas à necessidade de vender os produtos no mercado. Foi uma mudança muito maior. Desde o acesso à terra, passando pela produção em si e até a nova situação da população expropriada; todos os agentes sociais e os elementos da produção estavam agora enredados no circuito competitivo do mercado (WOOD, 1998).

Se a atividade comercial pôde prosperar no próprio interior de um contexto feudal, dada a autonomia das cidades e a fragmentação dos mercados, a nova dinâmica social exigia que a produção fosse estruturada e regulada cada vez mais através de um mercado organizado. Segundo Wood (1998), as transformações decisivas na direção de uma nova forma social, propriamente capitalista, não foram impulsionadas pelo comércio ou pela

¹ No século XVII, a Inglaterra já era líder mundial de exportação de grãos e cereais (WOOD, 1998).

indústria, portanto, mas sim pelas modificações radicais nas relações de produção no campo. Os antigos padrões de interação com a natureza para a satisfação das necessidades básicas foram alvejados de forma violenta, quando se estabeleceu uma reprodução social determinada e regulada pelo mercado.

Esta dependência do mercado dá a este último um papel sem precedente nas sociedades capitalistas, não apenas como um simples mecanismo de intercâmbio ou distribuição mas como o principal determinante e regulador da reprodução social. O surgimento do mercado como um determinante da reprodução social pressupõe a sua penetração na produção do ingrediente básico mais necessário, o alimento (WOOD, 1998, p. 6).

Desse modo, o elemento decisivo para que a nova forma social se tornasse dominante foi alterar substancialmente o modo de produzir o alimento. Não apenas a partir da separação dos camponeses da terra por meio das expropriações, mas também através da penetração dos imperativos do mercado traduzidos na “agricultura melhorada”, a produção de alimentos é capturada pela lógica da mercadoria. Ou seja, no lugar de produzir para comer (e dar de comer aos senhores de terras), passa-se cada vez mais a produzir para vender.

Na sociedade burguesa, a mercadoria é, portanto, alçada ao núcleo central de toda atividade produtiva. Com o capital, o valor-de-uso fica cada vez mais subordinado ao valor-de-troca (MARX, 2011). Porém, isso não significa que o primeiro tenha um caráter supra-histórico. Todo o processo de produção se dá mediante os imperativos abstratos colocados, de modo que qualquer elaboração da natureza se desenvolve através de um determinado formato social – no caso desta, sob a égide do valor (SCHMIDT, 1976).

Assim como o campo e as relações com a natureza não foram “invadidas” e “corrompidas” pela ordem do dinheiro vinda da cidade (WILLIAMS, 2011) – e sim, o contrário, a própria forma-capital surge na esfera mais próxima da natureza e por isso ganha força –, os produtos concretos, os bens de consumo não podem simplesmente ser invadidos por uma abstração que lhes “toma a alma”. O processo de valorização do valor ocorre de maneira a formatar a própria forma concreta, útil dos objetos produzidos. Qualquer coisa será produzida desde que possa servir ao processo de valorização. Não apenas qualquer coisa, mas também qualquer coisa e de qualquer forma.

Importa considerar agora que, sendo o valor-de-uso apenas o “veículo material do valor-de-troca”, a tensão entre humanidade e natureza produz uma divisão social do trabalho produtora de mercadorias, na qual o “veículo material” passa a segundo plano a fim de se adequar aos imperativos do valor-de-troca, o núcleo central da sociedade burguesa. Nisso consiste a diferença do capital: um processo de produção organizado não apenas para criar

produtos, não apenas para criar valor – produção de mercadorias; mas um processo de trabalho para criar produtos, valor e mais-valor – forma capitalista de produção de mercadorias (MARX, 2011).

Essa alteração fundamental inaugura uma força extraordinária que não encontra mais barreiras. Os processos internos à sociedade inglesa e rapidamente emanados às demais nações europeias, confluídos aos desdobramentos comerciais advindos da dominação europeia da América, da África e das Índias Orientais marcam a aurora da era da produção capitalista (MARX, 1984). Ao mesmo tempo, a manufatura era cada vez mais organizada nas cidades, posta em funcionamento pelos contingentes populacionais provenientes dos campos cercados.

O crescimento populacional como um todo já era notável por si só em toda a Europa nos séculos XVI e XVII. Entretanto, na Inglaterra a população urbana mais que dobrou nesse mesmo período. É certo que o êxodo rural provocado pelos cercamentos dos campos desaguou nesse fenômeno, porém as cidades desse período de povoamento pós-feudal, ainda eram funcionalmente ligadas à produção rural do país, se desenvolviam como um forte aspecto agrícola. Os centros de finanças e administração refletiam uma dependência real da ordem agrária inglesa.

Dessa forma, Williams (2011) assinala que o que estava em questão neste período não era a transição de uma sociedade rural para uma urbana, mas para um outro tipo de sociedade rural, preche de imperativos estranhos e alheios à velha forma social em dissolução. A penetração capitalista na agricultura inglesa foi tão significativa que, ainda no início da modernidade, foi capaz de sustentar um número vultuoso de pessoas não mais engajadas na produção agrícola. Assim, o crescimento urbano e o aumento da produtividade agrícola caminhavam juntos, como parte de um único processo de constituição de uma nova ordem social:

“[...] à medida que ganha importância a ordem urbana fundamentada no dinheiro, para onde vai o grosso do novo capital, senão de volta para o campo, a fim de intensificar o processo de exploração? [...] E trata-se de um processo duplo. A exploração do homem e da natureza que tem lugar no campo, é concretizada e concentrada na cidade. Por outro lado, porém, os lucros provenientes de outros tipos de exploração – a riqueza acumulada do comerciante, do advogado, do cortesão – vão penetrar o campo... (WILLIAMS, 2011, p. 84-85).

Contudo, o processo que aprofunda a tensão entre campo e cidade se fez mais presente com a importância cada vez mais acentuada da manufatura urbana e da acumulação decorrentes das relações que a Europa efetuava com os demais continentes. Assim como, nos

processos internos, o novo tipo de exploração da natureza penetrava e movimentava as trocas comerciais nas cidades, os tesouros saqueados mediante as pilhagens e a escravidão nas colônias também alimentavam a nova dinâmica econômica, expansiva por natureza. Mas é apenas em meados do século XIX que as cidades vão ganhar predominância nas relações com o campo, momento em que o capitalismo se torna efetivamente industrial, fato que alterou completamente as relações sociais.

Esse deslocamento em direção ao meio urbano é parte, portanto, da novidade que o capital representa enquanto ruptura do ser humano com a natureza. De fato a unidade entre ser humano e a substância natural persiste na sociedade burguesa na forma dos produtos do trabalho. Porém, nela há uma separação típica que ocorre com o advento do trabalho assalariado. Se a formação social anterior, o sistema feudal, consistiu em uma das sociedades mais orgânicas no sentido de interação com a natureza (WILLIAMS, 2011), o capitalismo promove uma separação radical do ser humano com seu “corpo inorgânico”, com os meios de produção em geral, com a terra em primeiro lugar. Funda uma ordem social mercantil, cuja forma elementar abstrata intermedeia todas as relações materiais, o que se aprofunda extraordinariamente na era industrial.

A poderosa pressão advinda a partir desta dinâmica em direção à extinção dos direitos costumeiros de acesso e utilização da terra alterou de forma profunda e exitosa a estrutura da propriedade. Embora esse complexo de mudanças tenha representado, para a maioria dos seres humanos, a substituição de uma forma de domínio por outra, sua implicação fundamental, na forma da criação de um enorme contingente de sem-terras, representou o início de algo inédito na história mundial. Ao longo dos séculos seguintes, o que a Inglaterra emanou para o restante o mundo, sob a forma de uma sociedade baseada na separação radical entre produtores e os meios de produção, significou as bases da tendência de urbanização da humanidade.

Este padrão de exploração da terra e do trabalho foi intensificado e acabou compelindo os demais países a traçarem seu desenvolvimento econômico no rumo capitalista. O desatar de condições do capitalismo agrário inglês, generalizadas no interior da Europa, estabeleceu novas necessidades econômicas. A expansão geográfica europeia compõe de forma indissociável o desenvolvimento interno que se dava. Aos povos ultramarinos foi levado o protótipo desta forma de produção, integrando-os irreversivelmente ao moderno sistema produtor de mercadorias, de modo incondicionalmente periférico, à exceção de algumas poucas nações, como os EUA.

Em essência, os séculos nos quais ocorreu a chamada acumulação primitiva foram de extrema violência e ficaram “inscritos nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (MARX, 1984, p. 262). Internamente às sociedades europeias, expropriações e usurpações súbitas dos produtores de seus meios de produção. Nos demais territórios, uma sequência de saques, pilhagens e escravidão. É dessa forma que o capital vem ao mundo, num local muito preciso na história, e é assim que ele se expande para todo o mundo.

Alimentação e afirmação da forma-mercadoria

A forma como o alimento passa ao domínio das relações mercantis diz respeito, portanto, aos impactos profundos e mais gerais da submissão da natureza aos imperativos abstratos da valorização. As implicações relacionadas a este processo são discutidas a partir de três aspectos identificados como centrais, característicos e consequentes do advento do capitalismo: a urbanização crescente da população, a tendência de uniformização da natureza e a inextinguível fome num contexto de excedente alimentar. O caráter destrutivo da produção capitalista consiste no eixo sobre o qual esses aspectos se articulam.

Segundo Schmidt (1976), a oposição campo x cidade foi sinalizada por Marx, a partir da compreensão do intercâmbio orgânico entre ser humano e natureza

não só de forma metafórica mas *também* imediatamente fisiológica, [que] surge claramente de sua crítica à cortante separação de cidade e campo que é típica da produção capitalista de sua época. Nela vê Marx sensivelmente alterado 'o intercâmbio orgânico entre o homem e a terra, quer dizer, o retorno à terra dos elementos constitutivos desta que o homem consumiu utilizando-os em forma de meios de alimentação e vestimenta, com o qual se altera a eterna condição natural da produtividade duradoura do solo' (p. 96).

Assim, o intercâmbio orgânico com a natureza que a sociedade produtora de mercadorias expressa deixa entrever o antagonismo primordial entre o próprio capital e a natureza, quadro agravado com o crescimento populacional considerável nas cidades, assentado na capacidade de abastecimento que os melhoramentos agrícolas proporcionaram (WOOD, 1998; WILLIAMS, 2011).

Entretanto, no seio de um capitalismo agrário e de uma manufatura nascente essa situação ainda permitia à população arranjar-se de formas bastante híbridas. Engels (2010) mostra que as famílias organizavam internamente as atividades de tecelagem e fiação, ao mesmo tempo em que se mantinham muito próximas à terra. Eram trabalhadores que ainda dispunham de tempo livre para atividades agrícolas – nos campos ou jardins. Em meados do século XVIII, porém, a introdução das máquinas recém-inventadas começa a alterar mais

profundamente as formas de vida dos trabalhadores. A produção fica cada vez mais concentrada no espaço urbano sob o comando superior de um capitalista que reunia agora todas as condições necessárias à produção num ambiente competitivo. A inovação constante do maquinário acabou lentamente com a classe dos “tecelões-agricultores”, sem condições de sobreviverem neste ambiente, tornando-se necessário reservar o máximo de seu tempo produtivo para o trabalho assalariado (MARX, 1984).

Com o desenvolvimento desse cenário, a força de trabalho entra, decisivamente, em processo de proletarização. A concentração dos produtores no espaço urbano consiste, portanto, em uma das primeiras circunstâncias que vai alterar sobremaneira as formas de vida da maior parte da população. A satisfação das necessidades precisaria ocorrer cada vez mais nas cidades, por meio do mercado.

Ao se tornar caracteristicamente industrial, o capitalismo efetua uma modificação singular na história da humanidade: pela primeira vez, a população urbana de uma sociedade excedia a rural. Na Inglaterra de meados do século XIX isso se tornou realidade. Entretanto, Williams (2011) chama a atenção para o fato de que ocorria um crescimento extraordinário da população em geral e que, muito mais do que a experiência crescentemente urbana, o que também estava em questão era uma outra novidade, o papel dominante dos processos produtivos da cidade na economia, o que afetou deletariamente também aqueles que ficaram próximos da terra.

Nas cidades do capital, a previsibilidade substituía a aleatoriedade ao serem construídas para servirem como lugares de trabalho (WILLIAMS, 2011). A nova condição urbana também foi fartamente documentada por Engels (2010), em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, que retrata a degradação das condições de vida que a maior parte dela ficou exposta a partir do momento em que se encontraram completamente dependentes da condição urbana e industrial. A organização social nas grandes cidades industriais apontava para um dose mortal de vulnerabilidade em todos seus aspectos, dado à dependência da satisfação das necessidades mais básicas à forma monetária do salário.

As péssimas condições de habitação, vestuário e alimentação daquele cenário não condiziam com a visão de uma cidade esplendorosa, ícone da civilização moderna. O aspecto nutricional da imensa maioria da população também se tornou problemático. As descrições do autor permitem perceber o quão comprometida estava a situação alimentar dos trabalhadores. Os mercados de legumes e frutas, “difícilmente comestíveis”, estabelecidos em péssimas instalações; carne imprópria para o consumo, muitas vezes putrefata, porém comestível para a

classe mais pobre. Além disso, uma infinidade de alimentos sofria adulteração por parte dos varejistas: misturava-se farinha de arroz e resíduos de sabão ao açúcar, terra escura banhada em gordura de carneiro ao cacau, chicória e outros produtos mais baratos ao café, cascas de nozes moídas à pimenta, o vinho era falsificado com corantes, etc¹.

Com efeito, a problemática que pode ser sinalizada aqui sobre o perfil alimentar dos trabalhadores do século XIX é que o salário torna-se definidor, em última instância, da alimentação. Tais condições alimentares associadas aos precários estados habitacionais e às extenuantes horas da jornada de trabalho também se vêem nas imagens de obras como “Germinal” (1993), cujo roteiro é inspirado no romance homônimo de Émile Zola publicado em 1881. Amontoados humanos, famintos, esqueléticos, trabalhando como escravos. Às famílias operárias, pouca variedade e quantidade de alimentos era-lhes reservada, conseguidos através de complicadas relações com o dono do pequeno armazém. A carne é restrita aos dias de festa e também muito pouca, na forma de uma salsicha. Quando se come carne nos dias de trabalho, é uma grande exceção reservada ao homem adulto da casa – a figura de maior autoridade frente ao “mundo do trabalho” – que sua mulher só conseguiu mediante um acordo com o comerciante. Se sobrar, ela preparará para todos, ensopada².

O padrão alimentar da maior parte da população urbana das nações em fase de industrialização poderia ser assim resumido, nos termos de Engels (2010): frequentemente ruim, muitas vezes imprópria, em muitos casos insuficiente e, no limite, mortes por fome. A distância cada vez maior da terra delimitava, portanto, um tipo de experiência alimentar altamente empobrecida. Entretanto, mesmo a realidade dos trabalhadores que ficaram no campo não diferia muito da que ocorria nas grandes cidades.

Williams (2011) identifica que, ao operar uma mudança fundamental na mentalidade acerca da natureza, a entrada na era industrial sinalizava justamente a situação degradante a que o campo estava submetido, desde a instalação de processos capitalistas na agricultura. Apesar do crescimento da produção de alimentos, que já vinha ocorrendo desde o século XVIII, o que aconteceu aos camponeses no século seguinte era tão ruim quanto o que havia antes, ou até mesmo pior. O capitalismo agrário havia deixado completamente desprotegidos os camponeses, que arcaram com todo o custo dos grandes melhoramentos agrícolas.

O número de sem-terras crescia e somavam-se a eles os pequenos arrendatários que, progressivamente, perdiam as terras devido ao processo de concentração de propriedades e aumento dos alugueis. Williams (2011) mostra que, ao mesmo tempo em que se estreitava a situação de dependência dos camponeses para com as novas formas de dominação, via perda

de moradia combinada à Lei de Assistência (1830), o direito de propriedade sobre a natureza ia lentamente se estabelecendo. As “áreas excepcionais” (hortas, colmeias, árvores frutíferas ou pequena faixa terra arrendada), cuja importância sempre foi enorme não apenas para os pequenos aldeões, mas também para trabalhadores urbanos³, já estavam sendo pressionadas há muito tempo pela economia de trabalho assalariado.

Além disso, a prática de procurar comida ia sendo transformada em roubo, com as leis de regulamentação da caça. Porém, a “consciência urbana” foi erigida com muito custo, pois os frequentes desafios àquela lei constituíram elementos centrais dos conflitos políticos do campo. A única forma de se obter carne fresca era através da caça clandestina e os *poachers* (homens simples que enfrentavam as novas leis e mantinham a cultura de procurar coelhos, peixes, aves e outros animais nas extensões de terras recém tornadas privadas) tornaram-se personagens cultuados (WILLIAMS, 2011).

Assim, a afirmação do capitalismo não trouxe boas novas para a maioria da população, tanto a que trabalhava no campo, quanto a que trabalhava nas cidades. Os séculos de emergência do capitalismo eram bem mais matizados do que o momento em que esta forma social dava seus primeiros passos na era industrial. O capitalismo rural, com suas inúmeras classes intermediárias, ainda permitia, de alguma forma, às grandes massas outros modos de sobrevivência, marginais e independentes às relações mercantis. Porém, quando a mercadoria se torna efetivamente dominante no ordenamento da vida social, não há mais escapatória e as formas de domínio tornam-se impiedosamente impessoais, reduzidas à experiência do dinheiro.

Isso não significa indicar a existência de uma “idade de ouro”, um passado feliz, no qual os seres humanos puderam satisfazer livremente suas necessidades. O sonho de abundância das utopias medievais, por exemplo, revelavam a dureza sobre qual aquele outro tipo de relações de produção se desenvolvia, extremamente marcada pela escassez alimentar e fomes generalizadas, mesmo depois dos progressos das técnicas agrícolas verificados após o século XI (FRANCO JUNIOR, 1998).

Nesse sentido, a divisão social do trabalho da sociedade burguesa é singular na história da humanidade, em termos da capacidade produtiva. Ela foi potencializada sob as forças produtivas do capital, que efetivamente revolucionou as técnicas agrícolas, de modo a tornar a produtividade cada vez mais independente das restrições dos ciclos da natureza. Entretanto, a afluência significativa de mercadorias veio acompanhada da subordinação do acesso através do dinheiro. Quanto maior a capacidade produtiva que o capital desenvolvia,

maior a mediação da mercadoria na satisfação das necessidades humanas, minando o horizonte mais feliz que a modernidade anunciou contra as “trevas” dos séculos anteriores – precisamente aí a emergência da chamada “questão social”.

Entretanto, a novidade da afluência no contexto do século XIX, ou seja, a sustentação de uma sociedade predominantemente urbana e industrial como a europeia, teria sido impossível sem o desenvolvimento colonial. Isto aponta para o fato de que aquela relação entre campo e cidade estabelecida nos princípios da modernidade foi completamente reestruturada em escala internacional. Os territórios além-mar passaram a atuar como “áreas rurais” para as sociedades industriais, que passaram a disputar acirradamente o controle de matérias-primas e seus mercados. O imperialismo, como um padrão de subjugação do campo pela cidade, representou a extensão geográfica de um modelo de desenvolvimento capitalista ocorrido no interior da Inglaterra e, posteriormente em toda a Europa ocidental. A urbanização e a industrialização só foram fenômenos possíveis com a sujeição da terra ao capital não apenas internamente, mas também além das fronteiras nacionais. A força centrífuga do mercado mundial atuou então no sentido de transformar todos os povos em proletários rurais dos países metropolitanos (WILLIAMS, 2011).

Muito antes deste período, uma série de artigos já penetrara a vida dos países centrais, alimentando o processo de acumulação primitiva, bem como a própria dinâmica capitalista dos “melhoramentos”. O lucro mercantil proveniente do comércio ultramarino ajudava a trazer ao mundo o capital. Através desse processo puramente mercantil de trazer produtos considerados exóticos e, por isso, valiosos para o interior de uma sociedade, novas necessidades foram criadas, que só poderiam ser sustentadas com o desenvolvimento de um mercado mundial. Crosby (2011) aponta que o açúcar foi um dos primeiros desses artigos. Após o fracasso da investida imperialista da Europa medieval durante as Cruzadas, o gosto pelo açúcar marcou a cultura europeia que, mais tarde o elevou à condição de “catalisador de mudanças sociais e ecológicas”, ao ser produzido largamente nos territórios conquistados da época moderna. Nesse sentido, a inserção de determinados produtos na vida social das sociedades europeias, tornados frequentes em seus modos de vida, só puderam ser sustentados mediante a divisão internacional do trabalho, dentro da qual a produção de alimentos em todo o mundo é convertida à finalidade de abastecer as necessidades criadas pelo desenvolvimento expansionista mercantil.

Em suma, a generalização da condição capitalista de produção, dada pela capacidade alcançada por uma sociedade, a europeia, de enviar navegadores ao outro lado do oceano,

mexeu profundamente com as estruturas do planeta, em todos seus aspectos. A força por detrás desse movimento revela claramente seus imperativos abstratos sob a forma mercantil quando opera numa direção que não enxerga qualquer barreira, nem mesmo aquelas postas pela natureza. O mundo sensível é matéria indiferenciada para o agir dos seres humanos guiados por este impulso chamado capital. É assim que, não apenas o sentido econômico e político advindo da emergência e da expansão geográfica dessa forma social, mas também as transformações biológicas que dela derivaram exibem os impactos irrevogáveis desse modo de produzir a vida na direção, senão contrária, no mínimo empobrecida de realizar esta tarefa.

Natureza uniformizada

Sob um ponto de vista mais distendido da história, outros elementos, culturais e ecológicos, ajudam a explicar as disparidades existentes entre os povos, as quais prepararam tamanha subjugação e genocídio por parte dos europeus, quando do momento de sua expansão geográfica. As condições sociais e econômicas existentes para os europeus nos primórdios da modernidade estão razoavelmente claras até aqui. Porém, numa dimensão mais originária, grupos de fatores ambientais, somados àquelas condições de possibilidade de emergência do capital, jogaram a favor da dominação burguesa, a única forma social que chegou e se consolidou nos quatro cantos do mundo.

Aqui, novamente, a produção de alimentos em si, enquanto uma determinada forma de relação com a natureza consistiu no principal motor dos diferentes ritmos de expansão dos povos. O surgimento da prática de produzir alimentos, na forma da agricultura e da domesticação dos animais, pode ser considerada um verdadeiro pré-requisito para o desenvolvimento daquilo em que se apoiou a formação do mundo moderno: conquistas, epidemias e genocídios (DIAMOND, 2013).

A agricultura significou um extraordinário salto para a humanidade, juntamente com outras expressivas mutações culturais que os seres humanos que habitavam a encruzilhada do Velho Mundo puseram em curso no Neolítico, significando o “controle direto e a exploração de muitas espécies em benefício de uma só: o *Homo Sapiens*” (CROSBY, 2011, p. 33). Ao trazer para seu *domus* (do latim, casa) espécies de vegetais e animais, a espécie humana caminhou rumo à segurança alimentar, pois a maior parte da biomassa disponível, encontrada sob a forma de madeira e folhas, são pouco digeríveis para os seres humanos. Com isso, a seleção de espécies efetuada com a produção de alimentos significou um aumento maciço no volume de calorias disponíveis por hectare (DIAMOND, 2013).

Embora a transformação de um ecossistema num agrossistema cause prejuízos ao solo, na medida em que o deixa mais exposto ao sol, ventos e chuvas, o surgimento da produção de alimentos não o empobreciam excessivamente, pois os grupos humanos combinavam a rotatividade das culturas à adubação do solo promovida pelos excrementos animais. A vantagem que a domesticação dos animais trouxe aos humanos foi poderosa, pois eles provinham seu próprio sustento e muniam os humanos de carne, leite, ovos, couro, energia e esterco (CROSBY, 2011).

Nutrindo-se a partir desta fórmula, a espécie humana seguiu, ao longo de milênios. Segundo Diamond (2013), o surgimento da prática de produzir alimentos está entre as causas fundamentais que permitiram a alguns povos vantagens tecnológicas, militares e epidêmicas sobre outros. Assim, os povos que iniciaram a produção de alimentos obtiveram muitas vantagens tanto sobre os caçadores-coletores, quanto sobre aqueles que iniciaram esta atividade mais tardiamente. Os atos de imperialismo europeu iniciados desde a Idade Média, com os povos escandinavos e com as Cruzadas, por exemplo, só encontraram força suficiente no momento em que os recursos daquele segredo estavam suficientemente maduros.

Portanto, a partir do século XV a Europa já possuía um nível tecnológico maior, armas de fogo, além das vantagens biológicas adquiridas através das experiências de epidemias durante os surtos de povoamento com o segundo milênio cristão. A essa altura, os europeus já tinham rompido um dos elos fundamentais da cadeia trófica que milenarmente garantira o sucesso da espécie humana: a separação entre a agricultura, a pecuária e o extrativismo. Este passo foi histórica e ecologicamente decisivo, na medida em que separou a vida vegetal (agricultura e coleta) da vida animal (pecuária, caça, pesca), para sustentar a expansão urbana dos povos (PORTO-GONÇALVES, 2012). O modelo de produção de alimentos que chegou às Américas já veio portador desta característica, que se aprofundou mais tarde tanto nas *plantations* quanto nas “Neoeuropas”⁴.

Nessa perspectiva, a dominação europeia da América significou, ao contrário de outras tentativas expansionistas europeias, um feito extremamente triunfante e também ecologicamente sem volta para o planeta. Desde que os europeus colocaram os pés por aqui, uma avalanche de seres vivos também chegaram, queridos por eles ou não. Crosby (2011) explica o sucesso demográfico dos europeus na América a partir de dois vetores: a aniquilação das populações indígenas e o êxito da forma de produção de alimentos europeia nestas terras. Os organismos patológicos que os europeus trouxeram eliminaram a maior parte dos ameríndios, como numa “epidemia em solo virgem”. As populações nativas eram

extremamente vulneráveis aos germes a que os europeus já eram imunes há séculos, devido aos longos períodos de surtos epidemiológicos das mais antigas “doenças de multidão” que assolavam frequentemente as regiões densamente povoadas do Velho Mundo.

O outro fator ecológico subjacente ao sucesso europeu em suas colônias foi o fenômeno biogeográfico espetacular de migração unilateral de plantas e animais. As ervas⁵ vindas do Velho Mundo ganharam ligeiramente o solo americano, pois os europeus deixavam muitas extensões de terra desflorestadas. Além disso, o gado bovino, que desembarcara junto com os conquistadores, pastava a vegetação que encontrava e as espécies de forragens nativas não sobreviviam sob suas patas. Tudo isso contribuiu para a rápida aclimação das plantas europeias no Novo Mundo. Quanto aos animais, estes se adaptaram com extrema facilidade e eram superiores aos animais que os ameríndios possuíam - superiores em termos de carga, alimento, couro e fibras. Porcos, gado bovino, cavalos, abelhas... todos se autorreproduziram com uma velocidade incrível e prosperaram até mais do que em suas terras de origem (CROSBY, 2011).

Claro que a fauna e a flora destes lugares estavam relativamente empobrecida quando chegou a segunda onda de seres humanos, os navegantes europeus e desse modo, o sucesso da “biota portátil” dos europeus residiu na seguinte singeleza: as espécies agiram em equipe, resultado da adaptação mútua entre cada membro (plantas, animais e humanos). O êxito da moderna colonização esteve ligado fortemente a um componente ecológico, que foi capaz de transformar irreversivelmente o planeta.

Nesse sentido, tanto a penetração mercantil na mais elementar das práticas humanas, a obtenção de alimentos por meio da terra ocorrida nos princípios da moderna agricultura europeia, quanto o imperialismo biológico efetuado lenta e brutalmente, não apenas pelos seres humanos europeus, portadores do embrião da sociedade produtora de mercadorias, mas por todas as espécies que os acompanhavam de longa data; ambos os processos expressam o modo como o capital surge na forma de uma mudança radical na relação entre humanidade e natureza.

Portanto, a expansão europeia, como um determinado modelo de mundo organizador de um tipo específico de “campo” e de “cidade”, obteve um êxito formidável graças a este componente biológico que jogou a favor dos outros artifícios levados com as Grandes Navegações. O efeito provocado pelas espécies do Velho Mundo na fauna e na flora dos demais continentes incorporados à nascente economia mundial burguesa, não foi em nada

diferente do procedimento abstrato que se impunha às distinções existentes na forma concreta da realidade, operada pela lógica do valor.

A homogeneização do heterogêneo, peculiar aos processos sociais sob a predominância do valor, se expressou também (movimento que ainda não cessou) no próprio conteúdo sensível do mundo, resultado da expansão biológica da Europa. A migração unilateral das espécies do Velho Mundo para as Américas e Austrália que a expansão dos povos europeus provocou, iniciou um verdadeiro processo de uniformização da natureza, expressando-se em última instância na dieta, sentida na atualidade na figura de um padrão alimentar mundial, fundamentado na monocultura.

A despeito de a fauna e a flora dos continentes colonizados em nada se parecer com os do Velho Mundo, em pouco tempo, tudo o que compunha a dieta europeia pôde ser cultivado, com notável sucesso, a ponto de as Neoeuropas serem hoje as maiores exportadoras daqueles tipos alimentos. É impressionante notar que nos territórios do Novo Mundo não havia trigo, cevada, centeio, gado, porcos, carneiros, etc. Isso remete ao sucesso da “biota portátil” que acompanhou os colonizadores. Esse “trabalho em equipe” foi amadurecendo ao longo dos séculos e, do final do século XIX ao início do XX, momento em que o capitalismo europeu precisou expurgar enormes excedentes populacionais para fora de suas fronteiras, já se podia comer pão de trigo ao invés de broa de milho e carne de boi ao invés da de canguru, por exemplo (CROSBY, 2011).

Os supérfluos ao desenvolvimento industrial europeu tiveram o destino de desembarcar em outras terras e, uma vez aqui, constituíram novos mercados consumidores para os artigos industrializados europeus, além de fornecer à sua terra-mãe novas fontes de matéria-prima, o que contribuiu para a população europeia continuar crescendo, além de promover um aumento demográfico interno. De acordo com Crosby (2011), a população das Neoeuropas aumentou catorze vezes entre 1750 e 1930, a Europa dobrou a sua entre 1840 e 1930, sendo esta a metade da taxa de crescimento das demais regiões do mundo⁶. Nesse sentido, tanto a possibilidade de fundamentar uma dieta tipicamente europeia num território tão distante da Europa, quanto a enorme produção de excedentes alimentícios típicos daquela dieta destinados à exportação sinalizavam que um novo fenômeno alimentar estava em curso: o mundo estava, cada vez mais, comendo as mesmas coisas.

E além desse fator, o da migração unilateral das espécies, outra realidade se perpetuava e confluía para a constituição de uma base uniforme de hábitos alimentares: a transformação das regiões tropicais em produtoras de gêneros amplamente consumidos no

Velho Mundo, mas dificilmente produzidos na Europa (e nem sempre nas Neoeuropas). Apenas para citar os mais importantes, o açúcar e o café já eram itens imprescindíveis para os europeus na aurora da modernidade, cujo consumo se consolidou cada vez mais⁷. Já itens como o batata, apesar de nativos do Novo Mundo, também ganharam cada vez mais importância para a consolidação de um padrão alimentar homogêneo⁸. Tudo indica que os europeus também não conheciam o milho⁹, o tomate, o abacaxi, o amendoim, o mamão, o tabaco, o feijão e o cacau, já que o centro de origem de todas essas espécies é o continente americano (BUSTAMANTE, 2000).

Portanto, a partir do encontro desses dois aspectos é possível ter a dimensão do impacto que a expansão dos povos europeus com a “biota portátil” da economia mercantil burguesa acarretou para a gradual destruição de hábitos alimentares que a espécie humana vinha construindo “ao sabor da geografia” e na direção da segurança alimentar há milênios (PORTO-GONÇALVES, 2012). Embora biologicamente iguais, os seres humanos sempre se reproduziram a partir de uma determinada condição cultural, o que fazia com que diferentes grupos humanos se alimentassem a partir de diferentes combinações.

A conformação de um sistema alimentar mundial, cuja estrutura é extremamente interdependente, revela claramente a uniformização dos cultivos e, conseqüentemente das dietas. Estima-se que na contemporaneidade, 95% da alimentação humana não deriva de mais de 30 tipos de plantas, sendo que 75% do consumo de cereais está reduzido a apenas três culturas, ao trigo, ao arroz e ao milho, os mesmos que também respondem pelos assustadores 60% de todas as calorias da alimentação atual. Este quadro é muito diferente daquele em que viviam, por exemplo, os povos pré-colombianos, que podiam se alimentar de mais de 1.500 espécie vegetais (BUSTAMANTE, 2000).

Assim, a tendência à conformação de uma dieta cada vez menos rica em termos de variedade, que foi mais tarde potencializada com a proximidade entre produção de alimentos e atividade industrial, é reveladora de uma marcha em direção à perda da própria biodiversidade do planeta. Num espaço reduzido de um prato, as conseqüências biológicas irreversíveis da formação de um mercado mundial se expressam. Ao igualar irreversivelmente grande parte da diversidade admirável do planeta – por vezes de maneira intencional e consciente, muitas outras vezes não – ficariam expressos rumos de difícil controle para a humanidade, para onde o projeto de dominação da natureza apontaria cada vez mais.

Fome como obra do homem

Todavia, se um dos caminhos desta nova forma social seguiu na direção da depauperação, outro apontava no sentido da própria interdição à milhões de seres humanos ao ato de se alimentar. Caminhos paralelos e inerentes à esta forma de produção da vida material, que produz perturbações gigantescas, devido ao seu movimento incessante de operar rupturas com qualquer modo de interação com a natureza voltado predominantemente à garantia de subsistência, à satisfação das necessidades humanas. O capital precisa, por sua própria lógica, plantar a forma-mercadoria em todos os modos de vida com os quais se depara em sua dinâmica expansiva.

Assim como já havia feito no interior da sociedade europeia com as enormes massas camponesas, o capital provocou rupturas violentas em escala mundial, sob a forma do imperialismo, estendendo o espectro da fome, que tanto apavorou os europeus medievais, à maior parte do hemisfério sul, com uma diferença essencial: não mais por escassez, mas num contexto de grande produção de excedente é que populações inteiras foram arrasadas pela fome no século XIX.

As últimas décadas desse século significaram a incorporação definitiva dos camponeses não europeus ao mercado mundial, cuja dinâmica centralizada em Londres, era firmemente resguardada pelos princípios da economia de livre-mercado. Davis (2002) mostra como esta forma de decisão dos agentes humanos que controlavam os centros de poder foi ao encontro dos fenômenos climáticos decorrentes do El Nino, provocando três grandes crises de subsistência de escala planetária, nos intervalos dos anos 1876-1879, 1889-1891 e 1896-1902¹⁰.

A origem dos fenômenos climáticos, síntese da interação oceânica e atmosférica, que historicamente castigam grande parte do hemisfério sul, a Oscilação Sul do El Nino, só foi desvendada em meados do século XX. Porém, desde o fim do século anterior os modos de as populações vivenciarem seus efeitos foram extremamente perturbados, devido à atuação das forças do mercado mundial. Todos eventos naturais que atingiram a Índia, a China e o Nordeste brasileiro depois da década de 1850 manifestaram-se como desastres de magnitude assombrosa, na medida em que as quebras de safra e falta de água quase sempre conviviam com excedente de grãos em regiões muito próximas, mas que não eram usados para socorrer as vítimas das catástrofes naturais e sim para serem trocados por dinheiro, pois nada poderia interferir nas oscilações do mercado.

Assim, toda seca foi rapidamente revertida em fome generalizada. "Uma catastrófica relação social entre grupos desigualmente dotados", a fome muito dificilmente significou

falta de comida apenas. Diferentes fatores, advindos de complexas crises econômicas, compuseram as condições desesperadoras a que foram lançadas os seres humanos dessas regiões. A fome veio acompanhada de epidemias mortais de malária, peste bubônica, varíola, cólera, ajudando a dizimar aqueles já acometidos pela desnutrição. Nas estimativas mais realistas, morreram de fome, neste período, 50 milhões de pessoas em 25 anos, uma cifra que pode ser comparada ao extermínio dos povos pré-colombianos e ao genocídio dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial.

Entre as regiões afetadas, a Índia e a China não haviam desempenhado um papel muito expressivo nos séculos da acumulação primitiva, mas depois da metade do século XIX se tornaram vitais para a acumulação capitalista. E quanto maior a importância econômica de uma região, maior foi o colapso social. Nos locais da Índia onde alguma forma de socorro foi permitida pela ortodoxia liberal, a assistência aos refugiados da seca foi condicionado à permanência em acampamentos militarizados de trabalho forçado, ambientes insalubres, infestados de doenças, onde era servida uma ração que continha menos da metade do padrão calórico moderno recomendado para homens adultos.

Na China, a catástrofe da seca convertida em fome foi tão extraordinária quanto à indiana. Episódios de migração em massa e mendicância coletivas, com a multidão de famintos transportando epidemias mortais para onde iam, deixou aproximadamente 20 milhões de mortos apenas na primeira crise de subsistência, no final da década de 1870. No nordeste brasileiro, neste mesmo período, 500 mil sertanejos foram mortos pela fome e pela varíola que os acompanhavam nas retiradas para o litoral. Turbas famintas assustaram as elites brasileiras, um quadro que só viria a piorar nas décadas seguintes.

Ao contrário dos postulados malthusianos tão acreditados no século XIX, a superpopulação não teve um papel tão determinante nessas catástrofes, de modo que existiam vazios demográficos e interrupção do crescimento populacional. Estudos do século XX mostraram que as taxas eram moderadas, não tendo havido nenhuma explosão populacional. Além disso, a Europa atravessou pressões demográficas e ecológicas muito mais graves no início do século XIX, mas pôde solucioná-las com os recursos usurpados do Novo Mundo, com emigração de grandes massas e, por fim, com a industrialização.

Entretanto, às regiões atingidas pelos efeitos do clima não sobrou absolutamente nenhuma vantagem proveniente de um mercado mundial estruturado. Pelo contrário, foram seus mecanismos que potencializaram os efeitos dos desastres naturais. Nas palavras de Davis (2002, p. 19):

[...] não estamos tratando de “terras de fome” paradas nas águas estagnadas da história mundial, mas do destino da humanidade tropical no exato momento (1870-1914) em que sua mão-de-obra e seus produtos eram dinamicamente recrutados para uma economia mundial centralizada em Londres. Milhões morreram, não fora do “sistema mundial moderno”, mas exatamente no processo de violenta incorporação nas estruturas econômicas e políticas desse sistema.

Estudos comparativos mostraram que no século XVIII o padrão de vida asiático era bem maior que o europeu. Um tecelão indiano, por exemplo, tinha uma dieta muito superior ao tecelão inglês, o mesmo cenário se comparado com o padrão de vida chinês daquele período. Os impactos climáticos da seca foram, ao longo do século XVIII, solucionados por meio de ações sistemáticas da dinastia ching, como congelamento do imposto territorial, obras públicas e socorro alimentar – tudo o que os europeus não fizeram no século XIX. Existem inúmeros indícios de que os camponeses da China eram mais independentes em termos nutricionais e menos vulneráveis à tensão climática que seus descendentes de um século depois, quando sob o jugo dos imperativos do mercado mundial.

Nesse sentido, os acontecimentos extremos do sistema climático formaram um emaranhado fatal ao se conjugar com a economia mundial capitalista. Os europeus, diante dos terríveis efeitos climáticos, agiram conforme a ortodoxia liberal, tornando os camponeses exponencialmente mais vulneráveis. As forças da natureza haviam encontrado seus cúmplices mortais. No Brasil, o “colonialismo informal” dos ingleses também fizera vítimas desde a queda abrupta dos preços dos produtos tropicais, do incentivo alucinado ao cultivo do algodão quando a seca deu uma pequena trégua, conjugado com a postura positivista da recém-implantada república, cujos princípios foram ditados pelo utilitarismo inglês e pela doutrina do darwinismo social. O racismo marcou toda e qualquer política pública do período e os milhares de sertanejos castigados pela seca/fome tornaram-se um empecilho para o progresso do país. “A economia de livre mercado” foi, nas palavras de Davis (2002), a “máscara para o genocídio colonial”.

Nesse cenário, tão macabro quanto esquecido pela historiografia do século XX, ao lado de cada hecatombe de fome havia um êxito econômico, numa ponta catástrofe e noutra uma obscena prosperidade. Foi um período propício para a dinamização do funcionamento imperialista, aproveitado pelas nações europeias, também pelo Japão e Estados Unidos, que criaram novas colônias, desapropriaram terras comunais e aproveitaram para controlar novas fontes de matéria-prima e de mão de obra.

Tornou-se comum entre os povos das regiões tropicais associar a presença europeia a espíritos malignos. A subjugação estrangeira e os desastres naturais eram duas maldições que caminhavam de mãos dadas e parecia se tratar da mesma coisa o Fim dos Tempos e o fim do século. Em todas as regiões afetadas pela terrível condição da fome, explodiram insurreições milenaristas, como forma de resistir à sentença de morte decretada pela subordinação da atividade agrícola ao mercado mundial.

Apesar de a mortalidade ter sido maior na Índia, China e nordeste do Brasil, diversas regiões também foram fatal e sincronicamente afetadas pela seca mundial deste período. Coreia, Vietnã, Indonésia, Filipinas e grandes extensões da África (sul do continente, Egito, Argélia, Marrocos, a região do Chifre da África) também integraram o sinistro espetáculo da época de ouro do capitalismo liberal. Regiões inteiras foram despovoadas, arrasadas pela conjugação de fatores econômicos e climáticos, ficando difícil discernir qual dos dois era a verdadeira lei da natureza.

A sincronia das secas foi o palco ambiental da despedida do século XIX que, com a sequência da fome, pavimentou a nova ordem mundial com milhões de corpos humanos, entregues em tributo à economia de mercado. Os acontecimentos do final do século foram, portanto, decisivos para a formação do que viria a ser chamado, no século XX, de Terceiro Mundo. Davis (2002) percebe três pontos de articulação importantes nas origens do Terceiro Mundo: o enfraquecimento da segurança alimentar; a deterioração das relações de comércio dos agricultores tropicais e o confisco da autonomia local que impediu o desenvolvimento no nível de Estado, principal responsável pelo colapso do aperfeiçoamento hidráulico, única forma de defesa nos momentos de seca.

A humanidade nos trópicos perdeu terreno econômico para os europeus ao ter suas atividades agrícolas arrasadas pelo casamento dos eventos climáticos com as forças poderosas da dinâmica mercantil. As consequências foram drásticas, não apenas pelos holocaustos que significaram, mas também pela herança deixada: uma agricultura agressivamente capitalista foi o resultado desta qualidade de expansão do capital efetivada com o imperialismo de *fin de siècle*.

Na verdade o fim do século tornou-se um radical divisor de águas na experiência da humanidade [...] Em toda a Europa Ocidental, esses anos [1896-1914] sobrevivem na memória como os velhos e bons tempos – a era eduardiana, *la belle époque*. Para a maioria dos não-europeus (com exceção de japoneses e latino-americanos do cone sul), por outro lado, foi uma nova Idade Média de guerra colonial, trabalho semi-escravo, campos de concentração, genocídio, migração forçada, fome e doença [...] Ao mesmo tempo que os padrões de saúde e longevidade subiram vertiginosamente nas

idades industriais da Europa e da América do Norte, caíam assustadoramente em toda a África e Ásia. [...] a própria Europa se barbarizava com sua cumplicidade em secretos holocaustos tropicais. *La belle époque* achava-se perigosamente a jusante do Apocalipse (p. 148 e 150).

O ocultamento da máxima exploração dos povos tropicais sempre funcionou à mentalidade europeia e também à ilustrada nos trópicos na velha figura dos “melhoramentos”, na noção abstrata de “desenvolvimento”, como se o destino de todo o “campo” fosse tornar-se “cidade”. Uma escada linear ao longo da qual os degraus de ascensão industrial estivessem à disposição de todos os países pobres que, um dia, se tornariam ricos. Porém, mesmo com a superação do imperialismo político, o controle financeiro e comercial permaneceu atuante na conformação da periferia do capitalismo, aumentando o abismo característico da divisão internacional do trabalho. Onde sempre se enxergou “atraso”, nada mais era que estrutura tipicamente moderna do capital, sob a forma do imperialismo. A análise das estatísticas realizada por Davis (2002) revelam uma relação surpreendentemente perversa entre modernização e mortalidade.

Assim, nos quadros do mercado mundial já bem desenvolvido no século XIX, as regiões tropicais nunca deixaram de ser organizadas a partir dos imperativos econômicos metropolitanos. Num certo sentido, o que ocorreu no interior dos países europeus, a constituição de uma determinada disposição campo-cidade, também passou a se verificar em outras terras: a subjugação do “campo”, toda a atividade produtiva das colônias, à “cidade”, representada pela figura dos países metropolitanos que, com poderio militar e econômico, desenraizava comunidades rurais há muito tempo estabelecidas (WILLIAMS, 2011).

O golpe fatal nos arranjos produtivos voltados à subsistência daqueles povos, uma vez incorporados à dinâmica do mercado mundial, continuou a se aprofundar, agora por processos internos, mediante padrões estrangeiros. Um caminho sem volta. Por meios e sob ritmos diferentes, as piores cenas do capitalismo europeu, desde seu momento emergente até sua maturidade, se repetiu nas periferias no que se refere à penetração dos imperativos mercantis no conjunto de toda atividade agrícola, à expulsão de grandes contingentes humanos de suas terras, à tendência da urbanização e proletarização da força de trabalho, principalmente depois que as engrenagens que alimentavam a escravização dos povos africanos deixou de ser funcional às formas “puras” do capitalismo oitocentista.

Considerações finais

Nesse sentido, as perturbações produzidas pelo entrelaçamento entre dominação e natureza constituintes da sociedade burguesa, guiadas pelos imperativos abstratos exigidos pela predominância da forma-mercadoria têm alcance planetário. A lei do valor, portanto, mostra que não se restringe a uma lei da economia. Nela se verifica um poder de operar deslocamentos culturais de magnitude impactante, capaz de alterar os modos de vida da humanidade como um todo, reformatados constantemente desde o distanciamento progressivo da natureza que ela prescreve, a fim de que se alcancem os níveis de produtividade satisfatórios à sua própria existência.

A separação mais básica dos seres humanos da terra, a exterioridade predominante nos processos produtivos daqueles que ainda estão próximos da “natureza”, o impacto ecológico devastador iniciado com as expansões marítimas, bem como a produção e a convivência com a mortalidade pela fome de imensas massas humanas, ainda hoje; esses aspectos assinalaram fortemente o cardápio mundial, criando dilemas civilizatórios que, ao se expressarem em extensas formas na contemporaneidade, são capazes de transformar o “céu” que todo ser humano tem na boca num verdadeiro “inferno” – seja pela ausência de alimento, seja pelo próprio conteúdo que se está ingerindo.

Com efeito, a história pretérita ao capital não pode ser idealizada. Porém, o crescimento da capacidade humana de eliminar a escassez de alimentos e a persistência da fome, somado à degradação do próprio alimento e do empobrecimento da dieta mesmo para aqueles que podem comprar a comida, revelam a natureza das alterações nas práticas alimentares desde que a mercadoria passou a comandar a satisfação das necessidades humanas, cada vez mais um mero “acidente” de percurso em sua dinâmica tautológica de valorização do valor.

Referências bibliográficas

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BUSTAMANTE, P. G. A alimentação na América pré-colombiana. In: *Revista do Centro de Estudos Avançados multidisciplinares*, Brasília, vol. 1, número 1, p. 85-89, 2000.

CROSBY, A. W. *Imperialismo Ecológico*: a expansão biológica da Europa 900-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DAVIS, M. *Holocaustos Coloniais*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DIAMOND, J. *Armas, germes e aço*: os destinos das sociedades humanas. 15a ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

FRANCO JÚNIOR, H. *Cocanha: a história de um país imaginário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GERMINAL. Direção: Claude Berri: Lume Filmes, 1993. 1 DVD (160 min).

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. Vol. I. 28a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Volume I, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

POLLAN, M. *O dilema do onívoro: uma história natural de quatro refeições*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *A Globalização da Natureza e Natureza da Globalização*. 3a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SAVARIN, B. *A fisiologia do gosto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHIMIDT, Alfred. *El concepto de naturaleza en Marx*. Siglo XXI: Madrid, 1976.

STANGE, T. *Uma história comestível da humanidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

WILLIAMS, R. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WOOD, E. M. *As origens agrárias do capitalismo*. Tradução de Lígia Osório Silva.

1998. Disponível em: <http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=384:as-origens-agrarias-do-capitalismo-por-ellen-wood&catid=2:artigos>.

NOTAS

1 Engels (2010) não deixa sinalizar de que maneira as práticas de adulteração também estavam ligadas às necessidades concretas de uma dinâmica econômica específica daquele momento.

2 Na obra precursora de toda literatura gastronômica, “A fisiologia do gosto”, publicada em 1825, Brillat-Savarin (1995) admite que o caldo da carne, o cozido acrescentado muitas vezes de legumes e raízes é saudável, nutritivo e “convém a todos”, porém atesta o quanto a forma ensopada de preparo da carne não era costume nas classes mais ricas da sociedade europeia.

3 “Tais possibilidades marginais são importantes não somente pelo que geram de concreto mas também pelas satisfações diretas e imediatas que proporcionam, assim como pela sensação de que existe uma área sobre a qual o trabalho imediato tem controle” (WILLIAMS, 2011, p. 175).

4 Termo que Crosby (2012) utiliza para tratar do sucesso do imperialismo europeu em terras distantes da Europa e distantes também entre si, cuja população é hoje em sua maioria de origem europeia e que lideram as exportações mundiais de alimentos: o terço leste dos EUA e Canadá, o sudeste da Austrália, a Nova Zelândia e a região úmida de pastagens da América do Sul, que engloba parte da Argentina, do Brasil e todo o Uruguai.

5 Denominação para qualquer planta que se espalha com rapidez para cobrir o solo já alterado.

6 Principalmente nos locais da Ásia e da África em que a fome imperou nesse mesmo período. Segundo Davis (2002), um terço da população da Etiópia e talvez toda a região do Chifre da África morrera por volta de 1892 e em algumas regiões da Índia, houve paralisação de cinquenta anos no crescimento da população. Com relação à Índia como um todo, em 30 anos (1891-1921), a população total daquele país cresceu apenas de 282 milhões para 306 milhões.

7 No grupo dos cultivos estranhos ao Novo Mundo e essenciais à dieta-padrão que lentamente se formava, a soja, originária da China e Japão, também foi ganhando espaço nas terras aráveis, mas diferentemente dos outros artigos, ela não conquistou diretamente o paladar mundial. Ao que tudo indica, a maior parte da soja produzida hoje no planeta segue para compor a nutrição animal na atividade pecuária.

8 Pode-se dizer que a batata, juntamente com o açúcar, sustentaram a Revolução Industrial tanto quanto a máquina a vapor, na medida em que foram capazes de garantir grandes e baratas quantidades de calorias aos trabalhadores das fábricas na primeira era industrial (STANGE, 2010).

9 No caso do milho, ele vem sendo um dos cereais mais consumidos no mundo, embora como consumo direto, continue sendo privilégio da população latino-americana. Apesar disso, o milho é o cereal que tem sustentado toda a indústria de alimentos processados (POLLAN, 2007).

10 Todas as referências desta discussão remetem ao livro “Holocaustos Coloniais”, de Mike Davis (2002), que realiza uma impressionante análise da interação funesta entre efeitos climáticos e processos econômicos do final do século XIX.

